



POLÍTICA CULTURAL E CULTURA POPULAR NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

Gisélia Castro Silva

RESUMO

O artigo analisa a apropriação da cultura popular pela política cultural estatal enquanto possibilidade de legitimação de políticas de ajustes econômico e social bem como de controle social. Como referência para análise, situa-se a questão a partir das políticas de ajustes do neoliberalismo desencadeadas na América Latina. Considera-se que as políticas culturais estatais para a cultura popular podem ser caracterizadas como políticas compensatórias, uma vez que o Estado cria instrumentos que asseguram a visibilidade de parte das manifestações folclóricas. Privilegia-se a espetacularização das manifestações da cultura popular. Portanto, neste sentido, a produção cultural cumpre uma funcionalidade, enquanto os produtores culturais diretos da cultura popular estão à margem de direitos sociais básicos. Por outro, o movimento da política cultural estatal em direção ao segmento da cultura popular pode ter implicações favoráveis no processo de organização dos produtores culturais diretos. Indaga-se se estaria havendo a possibilidade de criação de espaços de ação coletiva com os intercâmbios culturais nos encontros promovidos pelas políticas culturais estatais direcionados aos produtores diretos da cultura popular.

Palavras-chave: política cultural – cultura popular – legitimação – controle social – espetacularização

1 INTRODUÇÃO

A política cultural estatal que se apropria da chamada cultura popular¹ deve ser analisada sem que se perca de vista as mudanças político-econômicas que marcam a história recente do Brasil. Reporto-me aqui ao período neoliberal, que no Brasil assim como em muitos países da América Latina, foi disseminado como a receita para abrir a porta de entrada para o desenvolvimento nos países periféricos. Medidas prescritas e chanceladas pelos organismos internacionais financiadores das dívidas externas desses mesmos países. Ou seja, Banco Mundial, FMI etc, inicialmente, sob a tutela dos Estados Unidos de Ronald Reagan e da Inglaterra de Margaret Thatcher, para situar historicamente os fatos.

O período logo após o fim das ditaduras militares na América Latina e que Michael Löwy destaca que à frente dos governos instalam-se no poder civil de diversos

¹Utilizo aqui o conceito de cultura popular relacionado ao folclore. Para tanto, sigo o entendimento de Gramsci que associa o fazer cultural que remonta às tradições, saberes, rituais e costumes de grupos subalternos. Levando-se em consideração, portanto, a divisão de classe da sociedade capitalista e o modo de ser e de estar de um segmento de classe que (re)produz o simbólico de forma espontânea e que mantém o espírito de uma coletividade.

governos na América Latina “equipes de políticos e economistas convertidos à religião neoliberal e à ortodoxia rígida do Consenso de Washington” (Löwy, 2007, p.19). Em artigo na Revista Sem Terra (Ano X – Nº 37 – Jan/Fev/07), o autor analisa que predomina na maioria dos governos latino-americanos adeptos da política estadunidense um neoliberalismo com características de social-liberalismo. Ou seja, o que promove medidas compensatórias e que busca “o diálogo com os movimentos sociais em vez da repressão” (ibidem, p. 20).

Considero que as políticas compensatórias incluem também o campo cultural. Registre-se que no período em questão ganha expressividade segmentos culturais que, até então, estavam à margem das políticas culturais estatais. É o caso de manifestações da cultura popular. Congressos, seminários, encontros, oficinas, festivais e, claro, a legislação de incentivo à cultura, que garante subsídios em troca de isenções fiscais para as empresas, são instrumentos utilizados pelo Estado para legitimar-se, assegurando a visibilidade às manifestações mantidas pelos grupos sociais subalternos, no dizer de Gramsci. Ou ainda para manter a proximidade com os que fazem e representam a cultura popular. Seria também um espaço de manutenção do controle social a partir da intervenção do Estado?

Percebe-se que o poder público vislumbra nas manifestações da cultura popular o enorme potencial para garantir o entretenimento, o show, o espetáculo para as massas. José Jorge de Carvalho lembra que essa forma de ver as culturas populares no Brasil foi acentuada a partir das últimas décadas do século passado quanto é destacado o seu caráter estético em detrimento do seu valor simbólico. “Assim, deixou-se de lado a análise das culturas populares como lugar de luta de classe, ou mesmo do lado mais espiritual, para se discutir o lado estético e econômico” (Carvalho, 2005, p.35).

Outro aspecto a ser considerado é que a massificação de parte das manifestações da cultura popular também faz parte da estratégia de preparar os espaços urbanos para o recebimento de turistas, situação que também marca o capitalismo contemporâneo. Manifestações como o bumba-meu-boi e o tambor de crioula, por exemplo, passam a figurar como “produtos culturais” do material publicitário divulgado pelo governo com o propósito de aumentar o fluxo de turistas.

Para além da expectativa de aquecimento da economia local com os investimentos no setor de turismo, o que se questiona é o processo de reprodução e manutenção do modelo capitalista que prioriza o produto em detrimento das pessoas. Ou seja, é criado um cenário de espetacularização de algumas das manifestações da cultura, a partir de festas populares, com o caráter de exibição, ao mesmo tempo, em que a representante do poder público estadual tira proveito político com o discurso de valorização da cultura popular.

A generalização da 'lógica' capitalista e monopolista no plano da cultura provoca um espontâneo privilegiamento do valor de troca sobre o valor de uso dos objetos culturais, o que abre caminho para a criação e difusão de uma pseudocultura de massas que, transmitindo valores alienados, serve como instrumento de manipulação das consciências a serviço da reprodução do existente (Coutinho, 2000, p.71).

Estudiosos do neoliberalismo na América Latina como Petras afirmam que embora a linguagem dominante da política neoliberal realce a redução da intervenção estatal, com a perspectiva de um Estado mínimo, no concreto a situação é diferente. A intervenção estatal não diminuiu com o neoliberalismo. Promove-se a privatização, converte-se a dívida privada em dívida pública, enfraquece-se os sindicatos. O Estado também intervém em tarifas, preços, salários, define condições de investimentos privados como destaca Petras.

O argumento real do neoliberalismo não é mercado versus Estado, mas a natureza de classe do estatismo neoliberal. Neste contexto, a ideologia neoliberal, escondida atrás da sua retórica de mercado, obscurece a sua verdadeira função de ideologia de classe (Petras, 1997, p.36-37).

Abre-se aqui um espaço de concorrência entre segmentos da denominada “alta cultura” e a “cultura popular”. De um lado, o teatro, o cinema, as artes plásticas, visuais etc e de outro o bumba-meu-boi, o frevo, o carnaval, o maracatu, a congada e tantas outras manifestações que compõem o universo da cultura popular.

Para Williams, a subordinação de instituições culturais ou grupos da chamada cultura popular à política cultural estatal tem um claro significado. Segundo ele, “na prática as relações não são significativamente diferentes das que ocorrem no patronato moderno e nos organismos intermediários, que também, é claro, possuem, de modos variados, orientações políticas gerais de conformidade com a ordem social nas quais atuam” (Williams, 1992, p. 55).

Manter a ordem social, atendendo a uma das principais reivindicações dos representantes da cultura, mais verbas para os segmentos culturais, tem sido a prática comum dos modelos neoliberais, ou social-liberal, como prefere Löwy, em países como o Brasil. No governo Fernando Henrique Cardoso, no qual a política neoliberal teve mais expressão em comparação com os governos civis pós-ditadura militar, os investimentos aumentaram na área da cultura.

Pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro para avaliar o impacto dos investimentos públicos e privados em cultura na economia brasileira, no período de 1985 a 1995, para o Ministério da Cultura, aponta que “1996 é o ano de maior investimento para todo o período de 12 anos considerados, quando o governo federal aplica, através da

administração direta do Ministério da Cultura, R\$ 156,9 milhões na área” (Diagnóstico dos Investimentos na Cultura no Brasil, 1998). Ainda de acordo com o diagnóstico, somente com a renúncia fiscal², os investimentos foram de R\$ 138,5 milhões, em 1997, enquanto que em 1992, o montante foi de R\$ 598,1 mil.

Mais recentemente a política cultural estatal ampliou a arena de conflito, transferindo para a sociedade civil, a responsabilidade para administrar possíveis crises que possam surgir em torno das leis federais de incentivo à cultura e a de incentivo ao esporte³. As renúncias fiscais agora não mais restritas aos segmentos da cultura, mas também ao esporte, novo campo a entrar na disputa pelos subsídios.

Neste sentido percebe-se a predominância do que Chico de Oliveira chama de racionalidade privada das decisões que norteiam o Estado burguês em tempos de neoliberalismo.

A racionalidade das decisões é fundamentalmente privada. A introdução de critérios micro na racionalidade estatal a transforma, subliminarmente, em racionalidade privada. De par com o método de custos/benefícios passa-se, como mestre Weber ensinou, da razão substantiva para a razão instrumental: há uma ruptura para um outro paradigma, que passa a presidir as decisões do Estado. Assiste-se como que a uma regressão do universal abstrato como processo que cria o Estado como ‘comunidade ilusória’ para o mero chão de interesses privados que, já agora, não se universalizam, já não têm, aparentemente, a necessidade de liberarem-se de sua forma de interesses privados, tal o nível da dominação, ou sobretudo da experiência subjetiva vivida pela burguesia (Oliveira e Paoli, 1999, p.69).

Entendo que a racionalidade privada é outro aspecto que caracteriza o fenômeno do neoliberalismo. Sobressaindo, portanto, no Estado burguês a busca pela lucratividade. O modo de produção capitalista marcado pela exploração do trabalho, criação de mais-valia, tendo o lucro como força motriz também são aspectos que envolvem a cultura popular, enquanto possibilidade de sua utilização na forma mercado cultural. Note-se que as relações sociais aqui também estabelecidas são mediadas pelo Estado capitalista. Observa-se, por outro lado, que esse despertar para o setor cultural, enquanto nicho de mercado, é apontado como uma saída para a superação de crise econômica ou em um linguajar mais pós-moderno, trata-se de um achado econômico: o empreendedorismo cultural. Nesse

²Recursos do Tesouro Nacional utilizados como incentivo fiscal através de Imposto de Renda não-arrecadado, via Lei nº 8.313/91 (Lei Rouanet) e Lei nº 8.685 (Lei do Audiovisual).

³O governo federal sancionou em 29 de dezembro de 2006 a Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte (Lei nº 11.438) nos moldes da Lei Rouanet. A lei prevê a renúncia fiscal de parte do imposto de renda devido para investimento em projetos esportivos. Medida Provisória também foi editada, criando nova faixa de isenção na Lei Tributária, de 1%, especificamente para incentivo a projetos esportivos. Segundo o site oficial do Ministério dos Esporte,s a Medida Provisória “atende acordo feito entre os setores da cultura e do esporte para que não houvesse concorrência na procura por investimentos privados, já que o projeto aprovado no Congresso previa que os incentivos dos dois setores fossem buscados na mesma faixa de isenção, de 4% do total arrecadado através de impostos de renda pela União” (http://portal.esporte.gov.br/ascom/noticia_detalhe.jsp?idnoticia=3884, em 29 de dezembro de 2006).

sentido, a produção cultural no modo de produção capitalista “encontra um lugar funcional específico” (Jameson, 2004, p. 58).

As digressões aqui expostas nos fazem refletir sobre uma reconfiguração nas relações da cultura popular no contexto dos padrões de produção cultural burguesa. Onde o que é definido como popular, pelo aspecto da produção dos grupos subalternos, assume um novo papel na produção cultural burguesa e da classe dominante. Neste sentido, recorro a Williams para compreender que a visibilidade e o atendimento às necessidades materiais asseguradas a partir das relações estabelecidas a partir da política cultural estatal, invertem posições entre uma “alta cultura” e a “cultura popular”. Mas na essência atende à funcionalidade de uma política que mantém a primazia dos interesses no processo de reestruturação produtiva do capital.

1.1 política cultural e cultura política

Por outro lado, o movimento da política cultural estatal em direção à esfera da chamada cultura popular pode ter implicações favoráveis ao fortalecimento de percepção e de organização de movimento que reúna os produtores culturais enquanto sujeitos políticos.

Esta perspectiva é identificada a partir da possibilidade de criação de espaços de ação coletiva com os intercâmbios culturais nos encontros promovidos para a cultura popular. Embora estes espaços de representação patrocinados pela política cultural estatal tenham elementos que visem à legitimação de políticas de ajustes econômico e social, ou estratégias de incorporação de setores antes relegados à margem como os da cultura popular, tendo em vista controle social. Mas é no interior da diversidade cultural, tão própria da cultura, que também pode estar o ponto de encontro para o fortalecimento do exercício da cidadania.

Destaco que utilizo o conceito de cidadania a partir do entendimento de Dagnino. Ou seja, a cidadania estabelecida nas práticas políticas dos movimentos sociais como o que reconhece e exerce o direito a ter direito, a de lutas específicas e lutas políticas concretas. O direito à igualdade, mas também à diferença, portanto à diversidade, e à constituição de sujeitos sociais ativos, que incluam as estratégias dos não-cidadãos.

Considerando este aspecto, compartilho com a ampliação da categoria política cultural também exposta por Dagnino. Desta forma, a autora busca superar os limites comuns ao entendimento de política cultural relacionado à produção e consumo de bens culturais, envolvendo Estado ou outras instituições culturais. Para além desse entendimento, a autora avança no sentido de relacioná-la com o sentido mais amplo de política.

Aqui, utilizamos 'política cultural' para chamar a atenção para o laço constitutivo entre cultura e política e para a redefinição de política que essa visão implica. Esse laço constitutivo significa que a cultura, entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter cultural ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados (Dagnino, 2000, p.85. In: Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000).

1.2 Aspectos em fase de elaboração

Diante do exposto, não há como deixar de considerar as perspectivas de avanços dos movimentos sociais na contemporaneidade, embora na perspectiva de Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, no Brasil, vive-se, no momento, “quase que ‘zerado’ das lutas de classe [...], prevalecendo uma “hegemonia neoliberal” (Revista Sem Terra, Ano X – Nº 37 – Jan/Fev/07, p. 6). Por outro lado, na mesma revista, Michael Löwy, considera que há um sentimento de indignação e raiva das populações latino-americanas diante dos efeitos negativos para as classes sociais. Ele justifica citando ocorrências do que ele chama de “insurreições ou semi-insurreições – rurais ou urbanas – nos últimos anos” (ibidem, p. 19). O autor cita como exemplos o levante zapatista em Chiapas (México, 1994); impeachment de Collor no Brasil⁴; levantes urbanos derrubando governos neoliberais em Buenos Aires (Argentina, 2001), Quito (Equador, em várias ocasiões), La Paz (Bolívia, 2003); ou impedindo um golpe revolucionário como em Caracas (Venezuela, 2002)” (ibidem, p.19-20).

E é essa efervescência de práticas sociais, no cotidiano enquanto movimentos sociais, quer seja de cunho político-econômico ou de caráter mais pontual como os que “apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural” (Dagnino, 2000, p.25) é que caracterizam uma política cultural que se imbrica das relações de poder para questionar o poder legalmente instituído ou que representa os interesses do Estado capitalista.

A nova cidadania é um projeto para uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade (negociação de conflitos, um novo sentido de ordem pública e de responsabilidade pública, um novo contrato social etc.). Um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis implica o ‘reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos’ (Telles, 1994b:46) [...]. Isso implica também a constituição de uma dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam consolidar-se como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma

⁴O artigo cita o impeachment do presidente Fernando Collor no ano de 2000, mas a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo de impeachment no dia 29 de setembro de 1992. Decisão inédita na América Latina. “Concentrações populares em vários pontos do país festejaram o resultado. Ao fim, o impeachment teve 441 votos a favor e 38 contra” (Pilagallo, 2002, p.196).

dimensão ética da vida social. Esse tipo de projeto questiona não somente o autoritarismo social como um modo básico de ordenamento social no Brasil, como também os discursos neoliberais mais recentes, que estabelecem o interesse privado como medida de tudo, negando a alteridade e, portanto, obstruindo as possibilidades de uma dimensão ética da vida social” (Dagnino, 2000, p.88-89. In: Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000).

Considero importante analisar os movimentos do Estado em direção às culturas populares sem perder de vista as desigualdades sociais, econômicas e políticas que marcam o Brasil. Maria Laura Viveiro de Castro Cavalcanti diz que a cultura popular precisa ser valorizada, mas lembra que os produtores culturais diretos estão à margem de direitos sociais como acesso à educação, saúde e moradia, por exemplo. Mas esta é a situação de vida da maioria dos brasileiros. Portanto, não há como dissociar valorização da cultura popular sem ultrapassar a questão das necessidades sociais básicas. E também políticas. Ou seja, de que forma estão se processando no espaço público as intervenções nas culturas populares, considerando estas “como um lugar de demanda de cidadania, de igualdade e de equidade”, no dizer de José Jorge Carvalho (2005, p. 35). Ou para citar Gramsci. Como pensar em políticas públicas de cultura sem levar em consideração a cultura enquanto espaço de transformação?

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Diagnóstico dos investimentos da cultura no Brasil**, 1998.

CARVALHO, José Jorge. **Culturas populares**: contra a pirâmide de prestígios e por ações afirmativas. In: Anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares; Brasília, 23-26 de fevereiro de 2005.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiro de Castro. **Culturas populares**: múltiplas leituras. In: Anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares; Brasília, 23-26 de fevereiro de 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vols. 1, 2, 3, 4, 5, 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2002.

LÖWY, Michael. **A América Latina vai à esquerda?**.Revista **Sem Terra**,. Ano X. Nº 37 – Jan/Fev/07

OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia**: política do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PETRAS, James. Fundamentos do neoliberalismo. In: Rampinelli, W.J. e Ouriques, N.D. **No fio da navalha**: críticas das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã. 1997.

PILAGALLO, Oscar. **O Brasil em sobressalto**: 80 anos de história contatos pela Folha. São Paulo: Publifolha, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.